



Quarta-feira, 17 de Abril de 2024

I Série – N.º 71

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 510,00

Ministério da Saúde

Decreto Executivo n.º 80/24 4038

Aprova o Regulamento Geral de Bolsas de Estudo do Ministério da Saúde, à luz do «Programa de Formação em Saúde».

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto Executivo n.º 80/24

de 17 de Abril

Considerando a necessidade de formação contínua para a melhoria constante da qualidade de prestação de serviço no Serviço Nacional de Saúde;

Considerando a necessidade de qualificação dos técnicos do Serviço Nacional de Saúde e de implementação de um amplo programa de formação de recursos humanos em saúde;

Considerando a disponibilidade do Banco Mundial em financiar o projecto de formação massiva de recursos humanos em saúde para a cobertura universal da saúde em Angola;

Havendo a necessidade de se estabelecer procedimento e critérios para a atribuição de bolsas de estudo interna e externa aos funcionários e agentes administrativos dos Regimes Especial e Geral do Serviço Nacional de Saúde para a formação em saúde, no âmbito do Projecto de Formação de Recursos Humanos para a cobertura universal da saúde em Angola;

Em conformidade com as competências delegadas pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 277/20, de 26 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Saúde, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Geral de Bolsas de Estudo do Ministério da Saúde, à luz do «Programa de Formação em Saúde», anexo ao presente Diploma, que é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pela Ministra da Saúde.

ARTIGO 3.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Abril de 2024.

A Ministra, *Sílvia Paula Valentim Lutucuta*.

REGULAMENTO GERAL DE BOLSAS DE ESTUDO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE À LUZ DO «PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE»

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objeto)

O presente Regulamento estabelece as normas de organização dos processos inerentes à atribuição de bolsas de estudo para a frequência de formação nas áreas da saúde e conexas, a nível nacional e no estrangeiro, à luz do Projecto de Formação de Recursos Humanos para a Cobertura Universal de Saúde em Angola.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

1. O presente Regulamento aplica-se a todos os funcionários e agentes administrativos das Carreiras dos Regimes Especial e Geral do Serviço Nacional de Saúde, bem como aos respectivos titulares dos cargos de Direcção e Chefia.

2. A formação abrange os profissionais que frequentam os cursos de formação nas áreas da saúde, nomeadamente em especialidades, treinamento em serviço, aprimoramento de técnicas de baixa, média e alta complexidade.

3. Para a satisfação das necessidades do Sector, a formação abrange também atribuição de bolsas para Mestrados, Doutoramentos e Pós-Doutoramentos em áreas da saúde e conexas.

ARTIGO 3.º (Princípios)

Constituem princípios aplicáveis na gestão das bolsas de estudo externa os seguintes:

- a) Comparticipação ou assunção integral do Estado/MINSA na cobertura dos encargos inerentes à formação do estudante bolseiro angolano no estrangeiro;
- b) Confiança mútua estabelecida entre o Estado/MINSA, através do Instituto de Especialização em Saúde (IES), o estudante bolseiro externo angolano e as autoridades do Estado anfitrião;
- c) Equidade na distribuição de bolsas de estudo e na selecção dos beneficiários por cada uma das províncias do País;
- d) Valorização do mérito académico;
- e) Isenção e não interferência de entidades terceiras na condução dos processos de gestão das bolsas de estudo;
- f) Rigor, eficiência e transparência na tramitação do processo de bolsas de estudo e na utilização dos recursos financeiros públicos.

ARTIGO 4.º (Objectivos)

A concessão das bolsas de estudo internas ou externa tem os seguintes objectivos:

- a) Apoiar a formação de quadros nacionais em áreas estratégicas para a melhoria da qualidade da prestação de serviços no Serviço Nacional de Saúde, de acordo com a Estratégia Nacional de Formação de Quadros;
- b) Fortalecer as áreas prioritárias do atendimento médico prestado à população;
- c) Suprir a carência de especialistas em áreas vitais para o funcionamento das instituições de saúde;
- d) Privilegiar e estimular o sucesso, o mérito e a excelência dos formandos.

ARTIGO 5.º (Definições)

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) *Bolsa de Estudo Externa (BEE)* — comparticipação do Estado/MINSA nos encargos inerentes à formação, através da atribuição de subsídio de bolsa aos funcionários do Serviço Nacional de Saúde que preencham os requisitos para frequentar os Cursos de Pós-Graduação, nomeadamente Especialização, Mestrados, Doutoramento e outros, em instituições de saúde ou de ensino no exterior do país;
- b) *Bolsa de Estudo Interna (BEI)* — comparticipação do Estado/MINSA nos encargos inerentes à formação, através da atribuição de subsídio de bolsa aos funcionários do Serviço Nacional de Saúde que preencham os requisitos para frequentar os Cursos de Pós-Graduação, nomeadamente em Especialização, Mestrado, Doutoramento e outros, em instituições de saúde ou de ensino nacional;
- c) *Cursos/Especialidades Prioritárias* — especialidades cujas especificidades da formação são essenciais para a garantia da assistência na área da medicina e cuja demanda crescente implica uma atenção especial no aumento de profissionais das áreas médicas e de saúde pública;
- d) *Declaração de Notas* — documento da instituição de formação com as notas dos anos anteriores discriminadas;
- e) *Declaração de Reconhecida Competência e Mérito* — documento da entidade de origem do funcionário que reconhece a sua competência e mérito;
- f) *Subsídio de Bolsa* — valor de natureza pecuniária concedido para cobrir despesas inerentes à formação.

ARTIGO 6.º (Gestão do processo)

A gestão e a coordenação do processo de atribuição de bolsas são feitas pelo IES, a quem compete especialmente:

- a) Executar todo o processo inerente à atribuição das bolsas de estudo internas e externas;

- b) Solicitar à instituição de origem do bolseiro a sua dispensa para a frequência da formação;
- c) Trabalhar com as instituições de origens dos bolseiros para garantir a sua reintegração após a conclusão da formação;
- d) Trabalhar directamente com as instituições de formação.

**ARTIGO 7.º
(financiamento)**

- 1. As bolsas de estudos são financiadas no âmbito do Projecto de Formação de Recursos Humanos para a Cobertura Universal de Saúde em Angola.
- 2. A atribuição de bolsa de estudo não prejudica a percepção do salário do bolseiro.

**CAPÍTULO II
Candidaturas**

**ARTIGO 8.º
(Candidatura)**

- 1. O processo de candidatura à bolsa de estudo é individual.
- 2. A admissão para a atribuição de bolsa faz-se mediante obtenção de êxito no exame organizado para o efeito.
- 3. No exame são utilizados, conjuntamente, sendo cada um deles eliminatório, os seguintes métodos:
 - a) Avaliação documental;
 - b) Provas de conhecimento.
- 4. Os métodos mencionados podem ser complementados por entrevista, que visa determinar e avaliar elementos de natureza profissional relacionados com a qualidade e a experiência profissional dos candidatos.
- 5. O exame é aberto por Despacho do Director Geral do Instituto de Especialização em Saúde, no qual se deve indicar:
 - a) Número de vagas;
 - b) Requisitos para a admissão;
 - c) Serviço ou estabelecimento de formação;
 - d) Forma e prazo para a apresentação de candidatura;
 - e) Local de afixação das listas dos candidatos e resultados;
 - f) Júri do Exame.

**ARTIGO 9.º
(Requisitos para a candidatura)**

- 1. Os candidatos às bolsas de estudo devem ter os seguintes requisitos:
 - a) Nacionalidade angolana;
 - b) Vínculo com o Serviço Nacional de Saúde;
 - c) Habilidades literárias e/ou técnico-profissionais para a formação requerida;

- d) Idade inferior ou igual a 45 anos, salvo situações especiais;
 - e) Não ser beneficiário de outro tipo de bolsa de estudo em curso;
 - f) Reconhecida competência e mérito entre pares e pela instituição de origem.
2. Para Bolsas Externas, é obrigatório ter o conhecimento da língua do país de formação.

ARTIGO 10.º
(Documentos de candidatura)

No acto da candidatura, o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento dirigido ao Director Geral do Instituto de Especialização em Saúde;
- b) Cópia do Bilhete de Identidade;
- c) Cópia do certificado de habilitações literárias ou documento académico equiparado;
- d) Declaração de notas dos anos anteriores, caso aplicável;
- e) Declaração de reconhecida competência e mérito;
- f) Duas fotografias tipo passe com fundo branco.

ARTIGO 11.º
(Indeferimento da candidatura)

É causa de indeferimento da candidatura:

- a) A entrega da candidatura fora do prazo definido;
- b) A inobservância dos requisitos estabelecidos no presente Regulamento;
- c) A instrução incompleta do processo, depois do prazo indicado para o aperfeiçoamento;
- d) A prestação de falsas declarações.

ARTIGO 12.º
(Classificação e publicação dos resultados)

1. A classificação da prova escrita e da avaliação documental é expressa numa escala de 0 a 20 valores.
2. Os resultados obtidos são publicados pelo Instituto de Especialização em Saúde nos locais indicados.

CAPÍTULO III
Regime do Bolseiro

ARTIGO 13.º
(Continuação do vínculo laboral)

1. Durante o período de formação, o bolseiro mantém o vínculo jurídico-laboral.
2. É responsabilidade do IES manter o contacto com o bolseiro e assegurar a prestação de informações regulares à instituição a que está vinculado.

ARTIGO 14.º
(Termo de compromisso)

O candidato seleccionado como bolseiro deve assinar o Termo de Compromisso do Bolseiro no qual se compromete a observar o disposto no presente Regulamento e a prestar serviço após a conclusão da formação, conforme consta do anexo ao presente Regulamento do qual faz parte integrante.

ARTIGO 15.º
(Direitos do bolseiro)

São direitos do bolseiro, para além do previsto no estatuto e regulamentos das respectivas Instituições de Ensino:

- a) Ter informações sobre o Regulamento das Bolsas de Estudo;
- b) Usufruir do subsídio mensal que lhe for concedido;
- c) Reclamar os subsídios de bolsa não recepcionados;
- d) Beneficiar de bilhete de passagem para ida, no início da sua formação, e de regresso ao País, após a conclusão da formação, no caso de BEE;
- e) Beneficiar de até 66 quilogramas de excesso de bagagem no seu regresso definitivo ao País, com excepção dos bolseiros que não terminaram a formação, que é de 23 quilogramas de excesso, no caso de BEE, que devem ser assegurados pelo IES.

ARTIGO 16.º
(Deveres do bolseiro)

São deveres do bolseiro, para além do previsto no estatuto e regulamento das respectivas instituições:

- a) Cumprir rigorosamente o presente Regulamento e outras disposições que lhe forem aplicáveis;
- b) Ter um desempenho formativo exemplar;
- c) Apresentar ao IES toda a informação relativa à sua formação;
- d) Ter comportamento moral, cívico e patriótico;
- e) Respeitar escrupulosamente as leis, os hábitos e os cidadãos do país hospedeiro;
- f) Preservar o património e os bens das instituições ou instalações ao seu dispor;
- g) Respeitar as autoridades académicas e administrativas das instituições e do país hospedeiro;
- h) Permanecer no país doador ou hospedeiro durante os períodos de actividades lectivas previstos no calendário de cada ano lectivo;
- i) Regressar à instituição de origem após a conclusão da sua formação;
- j) Prestar serviço nas instituições do Serviço Nacional de Saúde, onde for indicado, pelo período de até 5 anos, nos termos da lei;
- k) Restituir ao Estado a totalidade dos valores correspondentes à bolsa de estudo usufruída, logo após a formação, caso não regresse ao País ou não preste serviço público, nos termos da lei.

ARTIGO 17.º
(Subsídio do bolseiro)

1. O subsídio de bolsa externa cobre despesas relacionadas com:

- a) Bibliografia;
- b) Participação em eventos científicos nacionais e internacionais;
- c) Alimentação;

- a) Transporte;
- e) Alojamento, caso se aplique;
- f) Seguros de saúde, caso se aplique.

2. O subsídio de bolsa interna cobre despesas relacionadas com participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

3. Os subsídios são pagos mensalmente durante o ano de formação e processados directamente na conta bancária do bolseiro, a partir do início da formação.

**ARTIGO 18.º
(Pagamento de propinas)**

As propinas são pagas directamente às instituições formadoras pelo IES.

**ARTIGO 19.º
(Mudança de curso)**

1. No decurso da sua formação, não é permitido ao funcionário/formando mudar de curso, nem de instituição formativa sem prévia autorização do IES.

2. A mudança de curso é excepcionalmente autorizada pelo IES, em função das necessidades formativas do País.

**ARTIGO 20.º
(Suspensão da bolsa de estudo)**

1. Há suspensão da BEI e BEE sempre que, por motivo de doença, o estudante bolseiro se encontre impossibilitado de frequentar as aulas por um período superior a 3 (três) meses no decurso do ano lectivo.

2. Verificando-se o disposto no número anterior, o estudante bolseiro deve cancelar a sua matrícula na instituição de ensino e submeter ao IES toda a documentação médica que ateste que o seu estado de saúde não permite a frequência das actividades lectivas.

3. O cancelamento da matrícula referido no número anterior é permitido apenas uma única vez.

4. Tendo em sua posse a documentação referida no n.º 2 do presente artigo, o IES deve suspender o pagamento de propinas ou bolsa que deve ser retomado apenas no ano lectivo seguinte, caso o estudante bolseiro apresente comprovativo médico que ateste que está em condições físicas e psicológicas para dar continuidade à sua formação académica.

5. Na eventualidade de se confirmar a permanência da doença no ano lectivo seguinte, o IES deve cancelar a bolsa de estudo.

6. Caso se trate de um bolseiro externo, na eventualidade de se confirmar a prevalência da doença no ano lectivo seguinte, o IES deve providenciar o bilhete de passagem para o seu regresso ao País, para dar continuidade ao seu tratamento.

**ARTIGO 21.º
(Perda do direito à bolsa)**

Perde o direito à bolsa de estudo interna ou externa o bolseiro que esteja nas seguintes condições:

- a) Desempenho formativo negativo;

- b) Mudança de curso, de instituição ou cidade sem prévia autorização do IES;
- c) Reprovação ou abandono de curso;
- d) Mau comportamento académico, moral, cívico e patriótico;
- e) Prestação de falsas declarações;
- f) Usufruto de mais de uma bolsa de estudo;
- g) Permanência prolongada e indevida no país hospedeiro sem conclusão do curso no período previsto;
- h) Envolvimento em fraude académica.

ARTIGO 22.º
(Sanções acessórias)

Para além do disposto no artigo anterior, constituem sanções aplicáveis ao bolseiro interno e externo, nos casos de inobservância do estabelecido neste Regulamento, as seguintes:

- a) Reembolso dos valores dos subsídios indevidamente recebidos nas circunstâncias em que incorra em fraude académica ou prestação de falsas declarações;
- b) Perda do direito a uma nova candidatura à bolsa de estudo interna ou externa;
- c) Outras medidas previstas por lei.

ARTIGO 23.º
(Regime subsidiário)

Em tudo quanto não esteja especialmente previsto neste Diploma, observam-se os termos previstos no Regulamento Geral de Bolsas de Estudo do Subsistema de Ensino Superior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 63/20, de 4 de Março, e demais legislação aplicável.

Termo de Compromisso do Bolseiro a que se refere o artigo 14.º do Regulamento



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE

TERMO DE COMPROMISSO DO BOLSEIRO

I. **Dados do Bolseiro:**

- a) Nome completo:
- b) B.I. n.º:
- c) Categoria:
- d) Local de trabalho:
- e) Endereço e telefone:

II. **Dados da Bolsa:**

- a) Tipo de bolsa:
- b) Valor mensal:
- c) Formação/curso a que participa:
- d) Duração:
- e) País:
- f) Instituição formadora:

III. **Compromisso:**

- a) O bolseiro, abaixo assinante, tomou conhecimento do Regulamento Geral de Bolsas de Estudo do Ministério da Saúde, à luz do «Projecto de Formação dos Recursos Humanos em Saúde»;
- b) O bolseiro deve observar escrupulosamente o disposto no Regulamento mencionado na alínea anterior e demais legislações aplicáveis;

- c) O bolseiro compromete-se a prestar serviço em Angola após a conclusão da formação, no local indicado pela Direcção Nacional dos Recursos Humanos do Ministério da Saúde, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos de trabalho efectivo, sob pena de reembolsar os valores da bolsa recebidos;
- d) Assim como está previsto nos acordos com os países receptores, o bolseiro está proibido de exercer actividade profissional nesses países estrangeiros por um período de 5 (cinco) anos após a conclusão da formação;
- e) O bolseiro deve realizar ou apoiar acções de formação no seu local de trabalho ou outra unidade indicada, de acordo com a formação recebida.

Em _____, aos ___ de _____ de 20_____

Assinatura do Bolseiro _____

Instituto de Especialização em Saúde_____

A Ministra, *Sílvia Paula Valentim Lutucuta.*

(24-0146-A-MIA)

IMPRENSA NACIONAL - E.P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

E-mail: dr-online@imprensanacional.gov.ao

Caixa Postal n.º 1306

**INFORMAÇÃO**

A Imprensa Nacional é hoje uma empresa pública, mas começou por ser inicialmente criada em 13 de Setembro de 1845, pelo então regime colonial português, na antiga colónia e depois província de Angola, tendo publicado, nesse mesmo ano, o primeiro Jornal oficial de legislação, intitulado *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*.

No dia 10 de Novembro de 1975, foi editado e distribuído o último *Boletim Oficial*, e no dia 11 de Novembro de 1975, foi publicado o primeiro *Diário da República Popular de Angola*.

Em 19 de Dezembro de 1978 foi criada a Unidade Económica Estatal, denominada Imprensa Nacional U.E.E., através do Decreto n.º 129/78 da Presidência da República, publicado no *Diário da República* n.º 298.

Mais tarde, aos 28 de Maio de 2004, a «Imprensa Nacional - U.E.E.» foi transformada em empresa pública sob a denominação de «Imprensa Nacional, E.P.» através do Decreto n.º 14/04, exarado pelo Conselho de Ministros. E, aos 22 de Dezembro de 2015, foi aprovado o Estatuto Orgânico da Imprensa Nacional, E.P. através do Decreto Presidencial n.º 221/15.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «*Diário da República*», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

Ano

As três séries	Kz: 1 380 997,99
A 1.ª série	Kz: 712.192,81
A 2.ª série	Kz: 372.882,53
A 3.ª série	Kz: 295.922,65

O preço de cada linha publicada nos *Diários da República* 1.ª e 2.ª série é de Kz: 145,5 e para a 3.ª série Kz: 184,3, acrescido do respetivo imposto de selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E.P.

O acesso ao acervo digital dos *Diários da República* é feito mediante subscrição à Plataforma [Jurisnet](#).